



## Processo Seletivo

Programa de Aprimoramento Profissional na Área da Saúde – 2016

### 003. PROVA OBJETIVA

#### DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 01.** O Presidente da República será julgado
- (A) nas infrações penais comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) nas infrações penais comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) nas infrações penais comuns, pelo Tribunal Superior Eleitoral.
  - (D) nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) nos crimes de responsabilidade, pela Câmara dos Deputados.
- 02.** O direcionamento da atividade dos serviços públicos fundamentada na efetividade do bem comum é característica básica do Princípio da
- (A) Eficiência.
  - (B) Legalidade.
  - (C) Impessoalidade.
  - (D) Moralidade.
  - (E) Proporcionalidade.
- 03.** Conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 6º, são direitos sociais a
- (A) educação, a saúde, o trabalho, a liberdade, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância.
  - (B) educação, a saúde, o trabalho, a inviolabilidade dos direitos à vida e à liberdade e a proteção à maternidade e à infância.
  - (C) inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
  - (D) igualdade de direitos entre homens e mulheres.
  - (E) educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.
- 04.** Em suas relações internacionais, o Brasil é regido pelos seguintes princípios, **exceto**
- (A) independência nacional.
  - (B) prevalência dos direitos humanos.
  - (C) autodeterminação dos povos.
  - (D) publicidade.
  - (E) igualdade entre os Estados.
- 05.** A Constituição Federal, ao dispor sobre o direito à vida, veda expressamente
- (A) a comercialização de órgãos humanos.
  - (B) a manipulação de material genético.
  - (C) qualquer hipótese de pena de morte.
  - (D) a execução de qualquer espécie de aborto.
  - (E) a realização de eutanásia.

- 06.** Leia a definição a seguir:

“modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.”

A definição refere-se à modalidade de licitação chamada

- (A) Tomada de Preços.
  - (B) Concorrência.
  - (C) Leilão.
  - (D) Concurso.
  - (E) Pregão.
- 07.** A Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal – STF, enuncia: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Nesse entendimento, dentre os poderes da Administração Pública, restou consagrada a
- (A) publicidade.
  - (B) razoabilidade.
  - (C) autotutela.
  - (D) estabilidade.
  - (E) moralidade.
- 08.** Nos termos da lei que regula os atos de improbidade administrativa, qual a alternativa **INCORRETA**?
- (A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
  - (B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
  - (C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
  - (D) Qualquer agente público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
  - (E) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

09. A vigência dos contratos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, relativo à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a

- (A) quarenta e seis meses.
- (B) doze meses.
- (C) vinte e quatro meses.
- (D) sessenta meses.
- (E) cento e oitenta dias.

10. De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação será inexigível

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

#### DIREITO DO CONSUMIDOR

11. Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, devem ser informados os competentes órgãos

- (A) dos Estados.
- (B) da União e do Distrito Federal.
- (C) dos Estados e dos Municípios.
- (D) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) somente da União e dos Estados.

12. Em se tratando de tutela específica ou para obtenção do resultado prático equivalente, quais as medidas necessárias que o Juiz poderá determinar?

- (A) Busca e apreensão.
- (B) Remoção de coisas e pessoas.
- (C) Busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.
- (D) Somente requisição de força policial.
- (E) Busca e apreensão com requisição de força policial.

13. De conformidade com as regras do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto apresentado. Assim sendo, o consumidor prejudicado poderá exigir, alternativamente e à sua escolha, a complementação do peso ou medida ou ainda o abatimento proporcional do preço.
- (B) a reexecução dos serviços poderá ser exigida pelo consumidor, porém acarretará custo adicional quando cabível.
- (C) no fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, não estará implícita a obrigação de empregar componentes de reposição originais e novos.
- (D) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o eximirá de responsabilidade.
- (E) aquele que efetivar o pagamento ao consumidor prejudicado não poderá exercer o direito do regresso dos demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

#### DIREITO CIVIL

14. São registrados em registros públicos, **exceto**:

- (A) emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- (B) sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (C) atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- (D) nascimentos e óbitos.
- (E) interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

15. Assinale a alternativa que identifica uma pessoa de direito público interno.

- (A) Partido Político.
- (B) Empresa Pública.
- (C) Sociedade de economia mista.
- (D) Autarquia.
- (E) Associação de classe com representação nacional.

16. Com relação ao Direito das Obrigações, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando tratar-se de obrigações alternativas, a decisão final cabe ao credor.
- (B) A obrigação de dar coisa certa abrange seus acessórios não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (C) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero.
- (D) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, mas não poderá exigir aumento no preço por eventuais melhoramentos e acrescidos da coisa.
- (E) Ocorre a confusão quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.

17. Segundo o artigo 927 do Código Civil de 2002: “Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Quanto a essa reparação, podemos afirmar que

- (A) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimas, logo não podem ser transmitidas a terceiro.
- (B) a responsabilidade civil objetiva do Estado não gera o dever de indenizar.
- (C) caso a vítima tenha concorrido culposamente para o evento danoso, sua culpa será considerada no momento da fixação da indenização.
- (D) a extensão do dano não constitui critério para se fixar indenização por este ser critério subjetivo.
- (E) os bens imóveis do causador do dano não ficam sujeitos à reparação do dano causado à vítima.

18. No que tange a vícios redibitórios, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço, em prazos diferentes se a coisa for móvel ou imóvel, contado da entrega efetiva.

Assim sendo, quais são os prazos corretos?

- (A) Uma semana se a coisa for móvel e trinta dias se a coisa for imóvel.
- (B) Trinta dias se a coisa for móvel e um ano se a coisa for imóvel.
- (C) Trinta dias se a coisa for móvel e cinco anos se for imóvel.
- (D) Cento e oitenta dias se a coisa for móvel e um ano se a coisa for imóvel.
- (E) Cento e oitenta dias se a coisa for móvel e cinco anos se a coisa for imóvel.

19. A contagem dos prazos processuais se dará de que forma?

- (A) Incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (B) Incluindo o dia do começo e o do vencimento.
- (C) Excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- (D) Excluindo o dia do começo e o do vencimento.
- (E) Excluindo o dia do começo e incluindo o primeiro dia útil após a intimação.

20. O valor da causa na petição inicial de uma ação de cobrança deverá ser a soma

- (A) da dívida principal, excetuando-se os juros.
- (B) da dívida principal, incluindo-se os juros vencidos até a data da propositura da ação.
- (C) da dívida principal, incluindo-se os juros vencidos até a data da citação do réu.
- (D) da dívida original, excluindo-se os juros e incluindo-se as multas.
- (E) da dívida original, incluindo-se os juros até a data da citação do réu.

21. O processo se extingue com resolução do mérito quando

- (A) o juiz indeferir a petição inicial.
- (B) o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- (C) o autor desistir da ação.
- (D) ocorrer confusão entre autor e réu.
- (E) o réu reconhecer a improcedência do pedido.

22. Uma sentença de mérito pode ser rescindida quando

- (A) surgir documento novo a ser incluído como prova.
- (B) proferida por juiz competente.
- (C) a sentença resultar de participação de terceiro interessado.
- (D) o Ministério Público não for ouvido no processo.
- (E) se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

23. São títulos executivos judiciais:

- (A) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- (B) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.
- (C) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- (D) o crédito decorrente de foro e laudêmio.
- (E) o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

## DIREITO COMERCIAL

24. Nos termos do artigo 889 do Código Civil, o título de crédito deve conter a
- (A) indicação precisa dos direitos que confere e a indicação do vencimento.
  - (B) data de emissão, o local e a data de vencimento.
  - (C) data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente.
  - (D) assinatura do emitente.
  - (E) data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, o local e a data de vencimento.
25. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é
- (A) solidária e ilimitada quanto às obrigações sociais.
  - (B) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
  - (C) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.
  - (D) restrita ao preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.
  - (E) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## DIREITO PENAL

26. De acordo com o artigo 18 do Código Penal, diz-se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por
- (A) embriaguez.
  - (B) desídia no desempenho das funções.
  - (C) negligência.
  - (D) imprudência, negligência ou imperícia.
  - (E) negligência e imperícia.
27. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio constitui crime de
- (A) apropriação indébita.
  - (B) estelionato.
  - (C) peculato.
  - (D) concussão.
  - (E) corrupção ativa.

28. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- (A) configura crime de prevaricação.
  - (B) constitui crime de condescendência criminosa.
  - (C) configura crime de desobediência.
  - (D) constitui crime de abandono de função.
  - (E) não constitui ilícito penal.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. Nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal, a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim
- (A) a apuração das infrações penais, civis e administrativas, e da sua autoria.
  - (B) a apuração das infrações penais e administrativas, e da sua autoria.
  - (C) a apuração das infrações penais e civis.
  - (D) a apuração dos crimes e das contravenções penais.
  - (E) a apuração das infrações penais e da sua autoria.
30. Quanto ao prazo para o encerramento do inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
  - (B) o inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
  - (C) o inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 45 dias, quando estiver solto.
  - (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, ou no prazo de 60 dias, se estiver solto, ou em qualquer outro prazo que tenha sido determinado pelo juiz.
  - (E) o Código de Processo Penal não estipula prazo para o encerramento, devendo este ser estipulado pelo juiz.

31. De acordo com o artigo 25 do Código de Processo Penal, a representação do ofendido será
- (A) irretratável, a qualquer tempo.
  - (B) irretratável, depois de oferecida a denúncia.
  - (C) retratável.
  - (D) condicionada à apresentação de provas ao Ministério Público.
  - (E) condicionada à contratação de advogado para a realização do ato.

### **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

32. O Contrato Individual de Trabalho por prazo determinado só será válido em se tratando
- (A) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.
  - (B) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter permanente; de contrato de experiência.
  - (C) de serviço de natureza permanente; de atividades empresariais de caráter permanente; de contrato de experiência.
  - (D) de serviço terceirizado; de atividades empresariais de caráter transitório; de contrato de experiência.
  - (E) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter autônomo; de contrato de experiência.
33. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada
- (A) ao uso dos equipamentos de proteção individual doados pela sociedade.
  - (B) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
  - (C) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo sindicato.
  - (D) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo poder público.
  - (E) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

34. O aviso prévio será concedido na proporção de
- (A) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 2 (dois) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 40 (quarenta) dias, perfazendo um total de até 110 (cento e dez) dias.
  - (B) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 1 (um) dia por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 30 (trinta) dias, perfazendo um total de até 60 (sessenta) dias.
  - (C) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
  - (D) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 5 (cinco) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 30 (trinta) dias, perfazendo um total de até 60 (sessenta) dias.
  - (E) 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa, acrescidos de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 90 (noventa) dias, perfazendo um total de até 120 (cento e vinte) dias.
35. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, considera-se empregador
- (A) a empresa, individual ou coletiva, desde que o Estado assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
  - (B) a empresa, individual ou coletiva, desde que a Sociedade assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
  - (C) a empresa, individual ou coletiva, desde que o Sindicato assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.
  - (D) a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
  - (E) a empresa, individual ou coletiva, desde que a Associação de Empresas da região assumira os riscos da atividade econômica, admitindo, assalariando e dirigindo a prestação pessoal de serviço.

36. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário
- (A) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - (B) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - (C) até 4 (quatro) dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - (D) até 6 (seis) dias consecutivos, em virtude de casamento.
  - (E) até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.

### **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

37. Nos serviços ou atividades essenciais,
- (A) os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - (B) o poder público é obrigado a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - (C) os sindicatos são obrigados a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - (D) não é garantida, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
  - (E) a sociedade é obrigada a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
38. As Convenções e os Acordos Coletivos serão celebrados
- (A) verbalmente.
  - (B) com a participação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
  - (C) por escrito.
  - (D) com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego.
  - (E) com a participação da sociedade.

39. A Constituição Federal assegura a livre associação profissional ou sindical, observado que
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
  - (B) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
  - (C) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
  - (D) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
  - (E) a lei poderá exigir autorização do Estado e da Sociedade para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
40. A Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter
- (A) dispositivo.
  - (B) educacional.
  - (C) constitutivo.
  - (D) resolutivo.
  - (E) normativo.

### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

41. O pedido, nas reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo,
- (A) deverá ser certo ou indeterminado e indicará o valor correspondente.
  - (B) deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
  - (C) deverá ser incerto ou determinado e indicará o valor correspondente.
  - (D) deverá ser certo ou determinado, não havendo necessidade de indicação do valor da causa.
  - (E) deverá ser nos termos do apurado na fase probatória.

- 42.** A competência para julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho é da
- (A) Justiça Comum.
  - (B) Justiça Federal.
  - (C) Justiça do Trabalho.
  - (D) Justiça Penal.
  - (E) Justiça Eleitoral.
- 43.** O não comparecimento à audiência importa,
- (A) para o reclamante, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato e para o reclamado, no arquivamento da reclamação.
  - (B) para o reclamante, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato e para o reclamado, em multa administrativa.
  - (C) para o reclamante, em multa administrativa, e para o reclamado, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
  - (D) para o reclamante, no arquivamento da reclamação, e para o reclamado, na revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
  - (E) para o reclamante e para o reclamado, no arquivamento da reclamação.
- 44.** Nas reclamações trabalhistas enquadradas no procedimento sumaríssimo,
- (A) se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
  - (B) não se fará citação por edital, incumbindo à Justiça do Trabalho a correta indicação do endereço do reclamado.
  - (C) se fará citação por edital, incumbindo à Justiça do Trabalho a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
  - (D) não se fará citação por edital, incumbindo ao Ministério do Trabalho e Emprego a correta indicação do endereço do reclamado.
  - (E) não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
- 45.** Nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é
- (A) direito de todos.
  - (B) direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
  - (C) direito de todos e obrigação da União, dos Estados e dos Municípios, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção.
  - (D) dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.
  - (E) direito de todos e dever do Estado, garantido por meio do Sistema Único de Saúde – SUS.
- 46.** Ao Sistema Único de Saúde – SUS **não** compete
- (A) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
  - (B) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
  - (C) ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
  - (D) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
  - (E) colaborar na proteção do consumidor de produtos e serviços.
- 47.** O Sistema Único de Saúde – SUS é constituído pelo
- (A) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações privadas.
  - (B) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, e pela iniciativa privada, solidariamente.
  - (C) conjunto de serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais.
  - (D) conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
  - (E) conjunto de ações de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e das associações criadas nos termos do Código Civil.

- 48.** Nos termos da Constituição Federal, a seguridade social será financiada
- (A) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.
  - (B) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (C) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (D) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (E) por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 49.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos
- (A) à saúde, ao trabalho e à previdência.
  - (B) à saúde, à previdência e à cultura.
  - (C) à saúde, à previdência e à assistência social.
  - (D) à saúde, à previdência e à segurança.
  - (E) à saúde, à educação e à assistência social.
- 50.** Nos termos da Constituição Federal, a previdência social será organizada
- (A) sob a forma de regime especial, de caráter contributivo e de filiação facultativa.
  - (B) sob a forma de regime estatutário, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
  - (C) sob a forma de regime geral, de caráter universal e de filiação facultativa.
  - (D) sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
  - (E) sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa.



